



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE
Identificação: CIDADES B2
Data: 18/09/2012

ARACAJU

MPE quer assegurar cirurgias de bebês

O Ministério Público Estadual vai ajuizar ação civil pública para que o Município providencie assistência a bebês menores de quatro meses de idade. A decisão foi anunciada após audiência pública realizada na manhã de ontem, quando o MPE identificou que a Secretaria Municipal de Saúde possui poucos prestadores cadastrados para a realização de cirurgias eletivas para crianças.

Atualmente, estão credenciados apenas o Hospital Universitário e o Hospital São José. Com o HU, foi pactuada a realização de 60 cirurgias por mês, mas somente em crianças com mais de quatro meses de idade. Além disso, o tempo de espera para uma cirurgia eletiva pode variar de três meses a um ano, com as filas crescendo razoavelmente após a greve de técnicos e professores da Universidade Federal de Sergipe.

O Hospital São José, por sua vez, não possui contrato específico para realização de cirurgias eletivas em crianças, mas tem pactuada com o Município a realização de 270 cirurgias por mês. O hospital possui uma única cirurgia pediátrica responsável por realizar os procedimentos na unidade, mas o São José não possui ambulatório de pediatria nem profissional médico de plantão na enfermaria pediátrica.

A promotora de Justiça Euzamissano ressaltou que a situação dos recém-nascidos é considerada grave. “Se o problema é identificado enquanto o bebê está recebendo atendimento de urgência, ele é operado quantas vezes for preciso. Mas se ele recebe alta e só depois aparece algum problema de saúde, ele não tem nenhuma unidade para ser encaminhado para realização de cirurgias eletivas”, afirmou a promotora.

Os atendimentos de urgência e emergência são realizados na Unidade Pediátrica José Machado de Souza (anexo ao Hospital João Alves Filho) e na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes. Mas, quando é necessária a realização de procedimentos eletivos, os profissionais encaminham os pacientes para o serviço de regulação do Município, que não possui prestadores suficientes para atender à demanda. Em casos mais graves, a maternidade chega a assistir novamente o bebê, ocupando leitos de alto risco.

O Hospital Santa Isabel, que informou ter capacidade de realizar 60 cirurgias eletivas em crianças por mês, encaminhou proposta em janeiro deste ano para o Município para atendimento do segundo e terceiro tempo cirúrgicos. Porém, uma contraproposta só foi apresentada em agosto, com valores inferiores aos apresentados para o contrato. Embora notificada, a Secretaria Municipal da Saúde não enviou representante para a audiência.